

Ponderação do parecer do ICNF
(matéria de PDM)

QUADRO 1

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (ICNF)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva¹

Proposta de Plano

N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO				
ECD.01	9	No mapa da página 156, é referida na legenda a SRH Serra, o que não é correto, devendo ser substituída pela SRH Estrela.	Corrigir a legenda da Figura 24. Onde se lê “SRH – Serra” deve ler-se “SRH – Estrela”.	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.01	2	a) No Artigo 20 º, n.º 1, alínea c) – A inclusão de “outros compromissos juridicamente vinculativos para o município” como sendo consideradas preexistências não salvaguarda a sua conformidade com normas legais e regulamentares, instrumentos de gestão territorial e servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, pelo que não podem ser considerados preexistências. A inclusão de uma alínea no n.º 2 deste artigo que obrigue a que as intervenções nessas preexistências cumpram o estabelecido em SRUP ou regimes de proteção, mantém a não garantia da conformidade da preexistência com essas normas;	Esta matéria encontra-se salvaguardada no artigo 7.º - Regime geral, cuja redação assegura que as SRUP prevalecem sobre o disposto para categoria de espaço, aplicando-se sempre o regime mais restritivo. Ainda assim, complementa-se a redação, para tornar mais explícita a exigência de conformidade legal: Artigo 20 º, n.º 1, al. c) – “Constituem direitos ou interesses legalmente protegidos durante o período da sua vigência, nomeadamente informações prévias favoráveis válidas, aprovações de projetos de arquitetura, licenciamentos e comunicações prévias, cujos procedimentos não tenham caducado, ou outros compromissos juridicamente vinculativos para o município, formalizados antes da entrada em vigor do presente Regulamento, em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável à data da sua formalização ”.	Recomendação acolhida
REG.02	2	b) O n.º 3 do artigo 21º, obrigando a que as edificações/usos ilegais possam ser objeto de legalização desde que verificada, através de prova documental, a sua existência em data anterior à entrada em vigor do Plano de Ordenamento aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro, poderá vir a permitir a legalização de situações que não estão em conformidade com este Plano à data do procedimento de legalização. Ainda que tenham sido executadas anteriormente ao referido Plano de Ordenamento, a sua legalização só é possível caso cumpram as normas em vigor à data do procedimento conducente à sua legalização;	A CMC estabelece no artigo 21.º - Legalização um regime excecional, limitado e condicionado, de legalização. Trata-se de uma medida de reequilíbrio territorial, que não tem como objetivo contrariar os princípios do ordenamento nem os objetivos do Plano de Ordenamento do PNSE, mas antes: a) Corrigir situações consolidadas <i>de facto</i> , anteriores ao reforço da disciplina legal e regulamentar; b) Permitir uma transição juridicamente controlada e ambientalmente enquadrada, para situações cuja manutenção não represente riscos atuais nem compromissos futuros inaceitáveis; c) Evitar conflitos administrativos e litigância, favorecendo a integração regulada de preexistências no sistema de ordenamento. Assim, a norma não dispensa a avaliação técnica rigorosa (ver n.º 4 do artigo 21.º), mas reconhece a possibilidade jurídica de admitir excecionalmente a legalização, desde que demonstrada a pré-existência e cumpridos os demais requisitos legais. Ainda assim sugere-se o seguinte aditamento à norma: Artigo 21, n.º 3 – “Na área abrangida pelo Parque Natural da Serra da Estrela, deve ainda ser verificada, através de prova documental, a sua existência em data anterior à entrada em vigor do Plano de Ordenamento aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro, e sem prejuízo do parecer vinculativo da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade ”.	Recomendação parcialmente acolhida

¹ Destacam-se, com um fundo cinzento, as questões de legalidade mencionadas pela Entidade.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.03	2	c) A subalínea ii) da alínea b) do n.º 2 do artigo 22º deve constar também da alínea a) deste artigo. Ou seja, para os empreendimentos reconhecidos como de carácter estratégico, a majoração dos parâmetros urbanísticos até 25% só pode ser aplicada se respeitadas as condicionantes legais estabelecidas nos regimes de SRUP aplicáveis, nomeadamente os parâmetros de edificabilidade previstos no POPNSE para os respetivos regimes de proteção;	Retificar a redação. Artigo 22.º, n.º 2 – “Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas e justificadas pela especificidade do empreendimento, e desde que sejam respeitadas as condicionantes legais estabelecidas nos regimes de SRUP aplicáveis , salvaguardadas eventuais sobrecargas sobre as infraestruturas públicas e evitados impactos negativos significativos em termos de integração urbana e paisagística, pode: a) Ser autorizada uma majoração dos parâmetros urbanísticos previstos para a categoria ou subcategoria de espaço em causa até 25%, sem prejuízo do cumprimento do artigo 17.º. b) Ser dispensado o cumprimento de outras condições ou regras estabelecidas para as categorias ou subcategorias de espaço afetadas, desde que sejam: i. Observados os critérios de compatibilidade de usos e atividades estabelecidos no artigo 14º; ii. Garantido o respeito pela imagem do território em termos de integração urbana e paisagística; iii. Garantida a capacidade das infraestruturas públicas”.	Recomendação acolhida
REG.04	2	d) No n.º 5 do artigo 24º deve ser eliminada a designação “aglomerados populacionais”, pois, nos termos do POPNSE, apenas são considerados como áreas não abrangidas por regimes de proteção os perímetros urbanos e os aglomerados rurais;	Retirar a designação “aglomerados populacionais” do ponto 5 do artigo 24.º.	Recomendação acolhida
REG.05	2	e) Na alínea a) do n.º 5 do artigo 27º, onde se refere “A ampliação de edifícios e respetivos anexos...” deve constar “A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos...” A ampliação de edifícios que não tenham prévio e devidamente licenciado/isento uso habitacional não podem ser ampliados ao abrigo desta norma excepcional;	Retificar a redação. Artigo 27.º, n.º5, al. a) – “A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos, desde que inseridos em terrenos com a área mínima de 20.000 m2, não ultrapassando a área de implantação de 200 m2 e cuja altura da edificação não exceda 6,5 m”;	Recomendação acolhida
REG.06	2	f) Do mesmo modo, no n.º 4 do artigo 28º, onde se refere “A ampliação de edifícios existentes para fins habitacionais e respetivos anexos...” , deve constar “A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos...” A redação proposta viabilizaria a alteração do uso para fins habitacionais de edificações erigidas para outros fins, cujos requisitos são menos exigentes do que os obrigatórios para a edificação de habitação. A ampliação de edifícios preexistentes para fins habitacionais deve respeitar a norma geral, patente no n.º 5 do mesmo artigo;	Retificar a redação. Artigo 28.º, n.º 4, al. a) – “A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos, desde que inseridos em terrenos com a área mínima de 7.500 m2, não ultrapassando a área de implantação de 200m2 e cuja altura da edificação não exceda 6,5 m”;	Recomendação acolhida
REG.07	3	g) A redação proposta para a alínea b) do n.º 3 do artigo 46º viabiliza a instalação de novos estabelecimentos comerciais em edificações existentes em qualquer regime de proteção, o que contraria o disposto no POPNSE, pelo que a redação deve ser alterada para “A instalação de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar”;	Retificar a redação. Artigo 46.º, n.º 3, al. b) – “ A instalação de novos estabelecimentos comerciais nas áreas sujeitas a regime de proteção, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, exceto quando localizados em áreas de proteção complementar”.	Recomendação acolhida
REG.08	3	h) No artigo 46º deve ser acrescentada uma alínea que refira a interdição de “realização de operações de loteamento nas áreas sujeitas a regimes de proteção”. Nota: Não obstante, nos termos do artigo 41º do RJUE, apenas serem possíveis operações de loteamento em áreas situadas dentro do perímetro urbano, são previstas exceções aplicáveis a empreendimentos turísticos, nos termos do n.º 2 do artigo 38º do mesmo diploma, pelo que deve prevalecer a norma do Plano de Ordenamento do PNSE aplicável, que interdita qualquer operação de loteamento nas áreas sujeitas a regimes de proteção;	Acrescentar a seguinte alínea: Artigo 46.º, n.º 3 alínea e) – “ A realização de operações de loteamento nas áreas sujeitas a regimes de proteção ”.	Recomendação acolhida
REG.09	3	i) No n.º 4 do artigo 47º deve referir-se que os atos e atividades indicados ficam sujeitos a “parecer vinculativo ou a autorização” da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Nota: Caso contrário, deve incluir-se um n.º neste artigo que reúna e elenque os atos sujeitos a autorização da ANCB, distinguindo as atividades sujeitas a parecer, a autorização e a comunicação prévia de acordo com o disposto nos números 1, 2 e 3 do artigo 8º do POPNSE;	Completar a redação do n.º 4: “...ficam sujeitos a parecer vinculativo ou autorização da Autoridade... ” E acrescentar as seguintes alíneas: Artigo 47.º, n.º 4 – [...] “k) A alteração da morfologia do solo ou a remoção do solo arável; l) A destruição ou alteração de sebes vivas agrícolas e de muros de pedra e instalação de vedações; m) A instalação ou ampliação de estabelecimentos aquícolas; n) A utilização de produtos explosivos, assim como a instalação de depósitos desses produtos ou de combustíveis, incluindo postos de combustível”.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.10	3	j) No n.º 4 do artigo 47.º (ou no novo n.º a adicionar conforme nota anterior) devem ainda constar as alíneas relativas aos atos sujeitos a autorização da ANCB, patentes no n.º 2 do artigo 8.º do POPNSE, nomeadamente: a. A alteração da morfologia do solo ou a remoção do solo arável; b. A destruição ou alteração de sebes vivas dos campos agrícolas e de muros de pedra e a instalação de vedações; c. A instalação ou ampliação de estabelecimentos aquícolas; d. A utilização de produtos explosivos, assim como a instalação de depósitos desses produtos ou de combustíveis, incluindo postos de combustível;	Ver Notas e Comentários ao REG.09.	Recomendação acolhida
REG.11	3	k) O texto da alínea e) do n.º 5 do artigo 47º deve transitar para nova alínea no n.º 4 do mesmo artigo (ou para o novo n.º a criar caso se opte pela separação dos atos sujeitos a parecer e a autorização), porquanto, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 8º do POPNSE, as outras obras qualificadas como de escassa relevância urbanística em regulamento municipal, conforme a alínea g) do artigo 6.º-A do RJUE, na redação da Lei n.º 60/2007, de 04 de setembro, são sujeitas a autorização da ACNB e não meramente a comunicação prévia a esta entidade;	Acrescentar a seguinte alínea: Artigo 47.º, n.º 4 – [...] “o) Todas as demais obras de escassa relevância urbanística listadas no RJUE ou como tal definidas em Regulamento Municipal.” Retirar a alínea e) do n.º 5 do artigo 47.º.	Recomendação acolhida
REG.12	3	l) Verifica-se ainda a necessidade de retificar as seguintes normas: a. No artigo 25º n.º 2, bem como no n.º 2 do artigo 26º e do n.º 2 do artigo 27º, a remissão deve ser para o artigo 46º e não para o artigo 45º; b. No artigo 25º n.º 2, bem como no n.º 2 do artigo 26º e do n.º 2 do artigo 27º, a remissão para o n.º 3 do artigo 68º deverá ser para o n.º 3 do artigo 69º; c. No artigo 26º, n.º 4, bem como no n.º 3 do artigo 27º e no n.º 2 do artigo 28º, a remissão para o artigo 46º deve ser feita para o n.º 4 do artigo 47º; d. O artigo 34º deve ser eliminado, por não existirem nem estarem previstas áreas ou espaços de proteção total.	Proceder em conformidade com o proposto.	Recomendação acolhida
REG.13	8	2.1. Artigo 6º - alínea i) - É referido o Azevinho, mas deverão também ser referidas as espécies Sobreiro e Azinheira;	A subalínea i. da alínea d) do artigo 6.º já refere o Sobreiro e a Azinheira, contudo, retificar a redação. Artigo 6.º, al. d) subalínea i.) – Espécies florestais protegidas – Azevinho, Sobreiro e Azinheira;	Recomendação acolhida
REG.14	8	2.2. Artigo 69º - O regime florestal não deverá ser integrado nestes espaços, o mesmo deverá ser integrado nos espaços de proteção;	A proposta não se encontra fundamentada. A compatibilização das disposições expressas no Regulamento para a categoria de espaço sobre a qual recaem e o Regime Florestal, encontra-se salvaguardada no artigo 7.º - Regime geral.	Recomendação não acolhida
REG.15	8	2.3. Artigo 82º, alínea c) do nº 3 – Deverá ser retirada esta alínea, uma vez que a mesma contraria o PROF e o Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio;	A alínea c) do n.º 3 do artigo 82.º visa proteger o arvoredo urbano e as galerias ripícolas em solo urbano, estando em linha com os princípios da sustentabilidade, biodiversidade e integração ecológica em solo urbano. Completar a redação: Artigo 82.º, n.º 3, al. c) – “Cortes ou arranques de maciços de arvoredo urbano e galerias ripícolas, espontâneos ou naturais, bem como de exemplares de espécies sujeitas a medidas especiais de proteção, exceto em ações de condução ou exploração sustentada, ou quando estejam em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente, sem prejuízo do disposto no PROF-CI e no regime jurídico especial aplicável às espécies protegidas. ”	Recomendação acolhida
REG.16	8	2.4 - Artigo 105º, alínea a) do nº 4 - Deverá ser retirada. De acordo com a legislação em vigor do RJAAR estão interditas arborizações com a espécie Eucalipto, não apenas nos corredores ecológicos;	Retirar alínea e renumerar seguintes.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.17	8	2.5 - Artigos 126º, 127º e 128º - deverão ter em consideração as espécies Sobreiro e Azinheira e os corredores ecológicos;	<p>Completar a redação.</p> <p>Artigo 126.º, n.º 2 – “No período entre a entrada em vigor do Plano e a conclusão das ações de infraestruturação das áreas identificadas no n.º anterior, a viabilização das operações urbanísticas fica condicionada à adoção de soluções técnicas individuais para as infraestruturas básicas em falta, salvaguardando as condições ambientais, nomeadamente a proteção das espécies Sobreiro e Azinheira e a preservação dos corredores ecológicos, bem como a utilização sustentável dos recursos hídricos, para as quais tenha sido emitido parecer favorável das entidades competentes no domínio ambiental e da gestão dos recursos hídricos, quando legalmente exigido”.</p> <p>Acrescentar um novo ponto 4 e renumerar os seguintes:</p> <p>Artigo 127.º, n.º 4 – “Deve ser assegurada a integração e proteção das espécies Sobreiro e Azinheira, bem como a preservação dos corredores ecológicos, através da incorporação de planos de gestão ambiental e da adoção de medidas mitigadoras que garantam a continuidade funcional dos habitats naturais”.</p> <p>Aditar a seguinte alínea:</p> <p>Artigo 128.º, n.º 1, al. d) – “Assegurar a proteção dos maciços de Sobreiro e Azinheira, bem como dos corredores ecológicos, adotando medidas que minimizem os impactos sobre a biodiversidade local e promovam a continuidade ecológica”.</p>	Recomendação acolhida
REG.18	8	2.6 - Página 129, no ponto I.1, deverá ser integrado o espaço urbano;	<p>Completar a redação.</p> <p>I.1. Modelos gerais de silvicultura, gestão florestal e organização territorial</p> <p>"A realização de ações nos espaços florestais nas sub-regiões do PROF Centro Interior, bem como no solo urbano onde se verifique a presença significativa de arvoredos espontâneos, sobreiro, azinheira e corredores ecológicos, deve obedecer às orientações constantes das normas de intervenção e modelos de silvicultura definidos, respetivamente, nos Anexos I e II do Regulamento do PROF CI.”</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
ORD.01	4	(...) verifica-se que a proposta de Plano contempla ainda algumas situações incompatíveis com o POPNSE, nomeadamente: a) São criadas ou ampliadas áreas não abrangidas por regimes de proteção (ANARP) que resultam em <u>diminuição de áreas de proteção parcial</u> , o que consubstancia o incumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 25º do POPNSE .	<p>Conforme é referenciado no parecer, “(...) a incompatibilidade é assumida pelo município, constando do Relatório (pp. 194 e 195) a intenção municipal de desencadear “os procedimentos necessários para a ratificação das disposições do PDMC, nos termos do RJGT””. Importa, contudo, esclarecer e fundamentar tecnicamente as razões desta opção:</p> <ul style="list-style-type: none">- As áreas em causa correspondem a realidades territoriais consolidadas e não representam risco acrescido para os valores naturais protegidos;- A sua integração no modelo territorial do PDM constitui a única forma viável de assegurar a sua requalificação e sujeição a regras urbanísticas vinculativas;- A proposta é tecnicamente justificada, limitada e condicionada;- O Município irá desencadear os procedimentos necessários para a ratificação legalmente previstos no artigo 91.º do RJGT.	Recomendação não acolhida
ORD.02	5/6	b) A proposta prevê, em solo rústico, e dentro da área do Parque Natural da Serra da Estrela, a criação e/ou ampliação de “ Áreas de edificação dispersa ”, “ Espaços de equipamentos e infraestruturas e outras estruturas ou ocupações ”, “ Espaços de ocupação turística ” e “ Espaços culturais ”, que não constituem ANARP nos termos do respetivo Plano de Ordenamento, bem como “ Espaços naturais e paisagísticos ”, “ Espaços agrícolas de conservação ”, “ Espaços florestais de produção ” e “ Espaços florestais de proteção ” em áreas cujos regimes de proteção do POPNSE interditam usos e/ou regimes de edificabilidade/parâmetros propostos”. (...) impõe-se, no entanto, que em cada norma relativa aos usos e regimes de edificabilidade aplicáveis a estas categorias ou subcategorias que coexistam dentro e fora do PNSE, seja feita referência à prevalência das normas aplicáveis aos regimes de proteção do POPNSE .	<p>Acrescentar no Regulamento:</p> <p>Artigo 7.º, n.º 2 – “Sem prejuízo do disposto no número anterior, nas áreas abrangidas pelo POPNSE e/ou POACV, em caso de conflito entre normas do presente Regulamento, prevalecem as normas aplicáveis àquela área protegida”.</p> <p>Renumerar os números 2 e 3.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.03	6 e 7	<p>a. Propõe-se a classificação como solo urbano locais inseridos, total ou parcialmente, em RF: “Fraga da Estercada” – Penhas da Saúde. “Fraga do Rodeio” – Penhas da Saúde.</p> <p>b. A área “Penhas da Saúde”, classificada como Perímetro Urbano (PU) apresenta sobreposição parcial com o RF.</p> <p>c. A área pertencente à Mata Nacional da Covilhã (designada por “Estádio Municipal + Santa Casa da Misericórdia + Cemitério da Covilhã”), foi assumida como PU, mas permanece integrada no RF.</p> <p>d. Há quatro situações, classificadas como Aglomerados Rurais (Sítio das Naves, Cortes do Meio (sul); Ourondinho) e Áreas de Edificação Dispersa (Quinta do Castanheiro das Merendas), que permanecem total ou parcialmente inseridas em RF.</p> <p>e. Ocorrem ainda diversas situações classificadas como PU mas que permanecem integradas em RF: em Atalaia, Verdelhos, Unhais da Serra, Bouça e Cortes do Meio.</p>	Dar cumprimento aos procedimentos descritos no ponto 2.2. do parecer.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				
REL.01	8	3.1 – Página 242 - É referido que as manchas contínuas de uma só espécie nunca deverão exceder os 100 hectares, devendo essas manchas ser cantonadas por faixas de folhosas mais resistentes ao fogo. Deverá ser revisto, de acordo com a legislação atual (nº 3 do artigo 44º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro): “Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, os povoamentos monoespecíficos e equíenios não têm uma superfície contínua superior a 50 ha, ...”;	Corrigir a redação. “As manchas contínuas de uma só espécie nunca deverão exceder os 50 hectares , devendo essas manchas ser cantonadas por faixas de folhosas mais resistentes ao fogo”.	Recomendação acolhida
REL.02	8	3.2 – Página 242 - É referido que são proibidas arborizações e rearborizações, em áreas superiores a 50 ha, com recurso a espécies de rápido crescimento, o que deverá ser revisto, de acordo com a legislação atual do RJAAR, pois não são permitidas arborizações com Eucalipto, independentemente da área;	Corrigir a redação. “As ações de arborização e rearborização em áreas superiores a 50 hectares devem evitar a utilização de espécies florestais de rápido crescimento, especialmente do género Eucalyptus spp., cuja plantação é proibida, salvo nas exceções previstas no artigo 3.º-A do Regime Jurídico da Arborização e Rearborização (RJAAR) ”.	Recomendação acolhida
REL.03	9	3.3 – Página 242 - É referido que é proibida a plantação de espécies de rápido crescimento a menos de 20 metros de terrenos cultivados e a menos de 30 metros de nascentes, terras de cultura e de regadio, muros e prédios urbanos. Este parágrafo deverá ser revisto tendo em consideração a Portaria n.º 15-A/2018, de 12 de janeiro;	Corrigir a redação. “É proibida a plantação de espécies de rápido crescimento a menos de 20 metros de terrenos agrícolas e a menos de 30 metros de nascentes, terras de cultura, regadio, muros e prédios urbanos, em consonância com as normas técnicas de instalação de povoamentos florestais, nomeadamente as previstas na Portaria n.º 15-A/2018, de 12 de janeiro ”.	Recomendação acolhida
REL.04	9	3.4 – Na página 412, no quadro FCD1, coluna das recomendações, na alínea d. falta uma SRH, sendo que a mesma deverá ser integrada;	Corrigir a redação. “Articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento florestal (PROF Centro Interior) e com os instrumentos (existentes e futuros) de defesa e gestão integrada da floresta, numa lógica de compatibilização entre as práticas silvícolas e de gestão, o desenvolvimento económico e a conservação dos valores naturais. No âmbito do PROF Centro Interior, destacam-se os objetivos gerais estabelecidos para as Sub-Regiões Homogéneas da Estrela (zona norte do concelho), da Torre (zona central do concelho) , da Cova da Beira (zona sudoeste do concelho) e da Raia Norte (zona sudeste do concelho), bem como as normas a seguir nos corredores ecológicos coincidentes com linhas de água (conforme se trate de linhas de água permanentes ou torrenciais/temporárias), em função das distâncias ao leito: preservação de tipos de habitat protegidos, utilização de espécies autóctones nas ações de (re) arborização e não realização de mobilizações do solo mecânicas que alterem o perfil da margem”.	Recomendação acolhida
REL.05	9	3.5 – Na página 430, quadro FCD2, alínea q., na coluna respeitante ao acolhimento do plano o PROF é referido como Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, o que não se encontra correto, pois trata-se de um Programa e não de um Plano;	Corrigir a redação. “A gestão dos espaços florestais e de outros espaços naturais, entre as quais as áreas de matos, segue as orientações do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI) . O Regulamento do Plano estabelece que qualquer ação florestal a realizar em solo rústico deve respeitar as normas aplicáveis do PROF-CI, aplicando-se, cumulativamente, as condicionantes e/ou restrições importas por outros regimes legais de proteção e os princípios gerais de ordenamento definidos para cada categoria/subcategoria de uso do solo”.	Recomendação acolhida
PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS				
PCU.01	7	Nesta shapefile foram detetadas as seguintes situações inseridas total ou parcialmente em área sujeita a RF: Pedido de informação prévia para “Habitação” e Licenciamento de “Habitação/Armazém agrícola” e “Habitação” (sendo os dois últimos casos afetos incorretamente à União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho).	Dar cumprimento aos procedimentos descritos no ponto 2.2. do parecer.	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer do ICNF
(matéria de AAE)

QUADRO 1

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (ICNF)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva¹

Avaliação Ambiental Estratégica

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RELATÓRIO AMBIENTAL				
R.A.01	8	No quadro da página 143, ponto d), falta referir a SRH Torre;	Incluir a SRH	Recomendação acolhida
R.A.02	8	No quadro da página 143, ponto e), respeitante ao RJAAR, deverá ser revisto o que é referido sobre a área de 0,5 ha, tendo em consideração a legislação do RJAAR;	Corrigir a redação do e) nos seguintes termos: Recomendações para o Plano: “e. Regularizar as ações de arborização e re-arborização, incluindo as de área inferior a 0,5 há, garantindo o seu enquadramento no RJAAR, nos termos legalmente aplicáveis, nomeadamente quanto à verificação das condições de povoamento florestal e dos procedimentos exigíveis”. Acolhimento no Plano: “O RJAAR, nos termos dos artigos 2.º, 3.º e 3.º-A, aplica-se a todas as ações de arborização e re-arborização, independentemente da área intervencionada, salvo as exceções previstas legalmente. A definição de “povoamento florestal”, prevista na alínea b) do artigo 3.º, estabelece os limiares técnicos (≥ 0,5 ha e ≥ 20 m de largura), que determinam a exigibilidade ou dispensa de autorização ou comunicação prévia. Assim, ações com área inferior a 0,5 ha podem estar dispensadas de procedimento administrativo, mas mantêm-se sujeitas ao regime substantivo do RJAAR e à legislação florestal e ambiental em vigor. Neste contexto, a proposta de Plano assegura o enquadramento legal e técnico de todas as ações de arborização e re-arborização, incluindo as realizadas em áreas inferiores a 0,5 ha, obrigando ao cumprimento das normas aplicáveis do PROF-CI, as quais foram integradas no Regulamento do Plano”.	Recomendação acolhida
R.A.03	8	Na página 39 do documento 05_RPDMC_AAE_RA_2025.04_Anexos, as SRH referidas não se encontram corretas, sendo referida a SRH Alto Mondego, que não é uma das 4 SRH do concelho da Covilhã;	Eliminar a referência à SRH Alto Mondego. Acrescentar SRH Cova da Beira e SRH Raia Norte. A SRH Cova da Beira tem as seguintes funções principais: Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca. A SRH tem as seguintes funções principais: Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.	Recomendação acolhida

¹ Destacam-se, com um fundo cinzento, as questões de legalidade mencionadas pela Entidade.